



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Natural
e do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.ambiental@mpmt.mp.br | cao.urbe@mpmt.mp.br

CAO MEIO AMBIENTE NATURAL CAO MEIO AMBIENTE URBANO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS



EDIÇÃO 01/2021

SUMÁRIO

Novidades Legislativas.....	03
Materiais.....	03
Eventos.....	04
Eventos Realizados.....	06
Notícias.....	07
Jurisprudências.....	08
MPMT em Ação.....	10
Notícias do CNMP e Outros Ministérios Públicos.....	11
Artigos.....	12



EQUIPE CAO URBE E CAO AMBIENTAL

Maria Fernanda Corrêa da Costa – Promotora de Justiça – Coordenadora do CAO
Meio Ambiente Natural

Carlos Eduardo Silva – Promotor de Justiça – Coordenador do CAO Meio Ambiente
Urbano e Assuntos Fundiários

Viviane Araújo Batistella – Oficial de Gabinete – CAO Meio Ambiente Natural,
Urbano e Assuntos Fundiários

Marina Paula Signor Bernardes – Auxiliar Ministerial – CAO Meio Ambiente Urbano
e Assuntos Fundiários

NOVIDADES LEGISLATIVAS

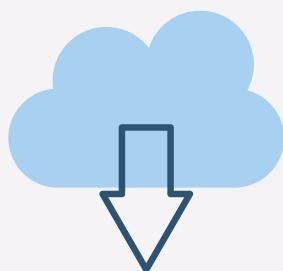
- Lei nº 14.119, de 13.1.2021: Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.



MATERIAIS

A Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística divulgou em dezembro o “Anuário Ambiental 2020 - Cenários, desafios e perspectivas para a proteção do meio ambiente”, contendo um balanço das ações desenvolvidas durante o ano e a divulgação de boas práticas.

O material foi elaborado pelo Centro de Apoio Operacional (CAO) do Meio Ambiente Natural.



CLIQUE AQUI PARA ACESSAR O MATERIAL.

EVENTOS

O 26º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, promovido pelo Instituto O Direito por Um Planeta Verde, vai abordar o tema “O ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL SOB A LUZ DOS ODS”.

Por decorrência da pandemia do COVID-19 e orientações das autoridades, o evento será de forma VIRTUAL este ano e vai ocorrer nas datas:

- 29/05 e 30/05 – 16º Congresso de Estudantes de Direito Ambiental (Graduação e Pós Graduação) e as Apresentações de Teses e o X Prêmio José Bonifácio de Andrada e Silva.
- 05/06 a 10/06 – 26º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental e 16º Congresso Internacional de Direito Ambiental.

Lembrando que todas as inscrições realizadas até o momento continuam valendo e em breve, será encaminhado a todos os inscritos, o link de acesso para os Congressos.



Inscrições [AQUI](#).

EVENTOS



- Simpósio Digital Internacional "Delito Medio ambiental y Lavado de Activos: Hacia el Cumplimiento Verde". Nos dias 3 e 4 de Março de 2021 das 10h às 12h.

Inscrições AQUI.

- Seminário UNDERSTANDING VULNERABILITY IN THE CONTEXT OF CLIMATE CHANGE. No dia 16 de abril será realizado o seminário “Compreendendo a vulnerabilidade no contexto das alterações climáticas”, organizado no âmbito da Cátedra Jean Monnet de Direito Ambiental da UE da Faculdade de Direito da Universidade de Barcelona. Será desenvolvido virtualmente e em inglês. Clicando AQUI você pode ver o programa do seminário. Para se inscrever você deve preencher o formulário de inscrição clicando no link abaixo.

Inscrições AQUI.



EVENTOS REALIZADOS

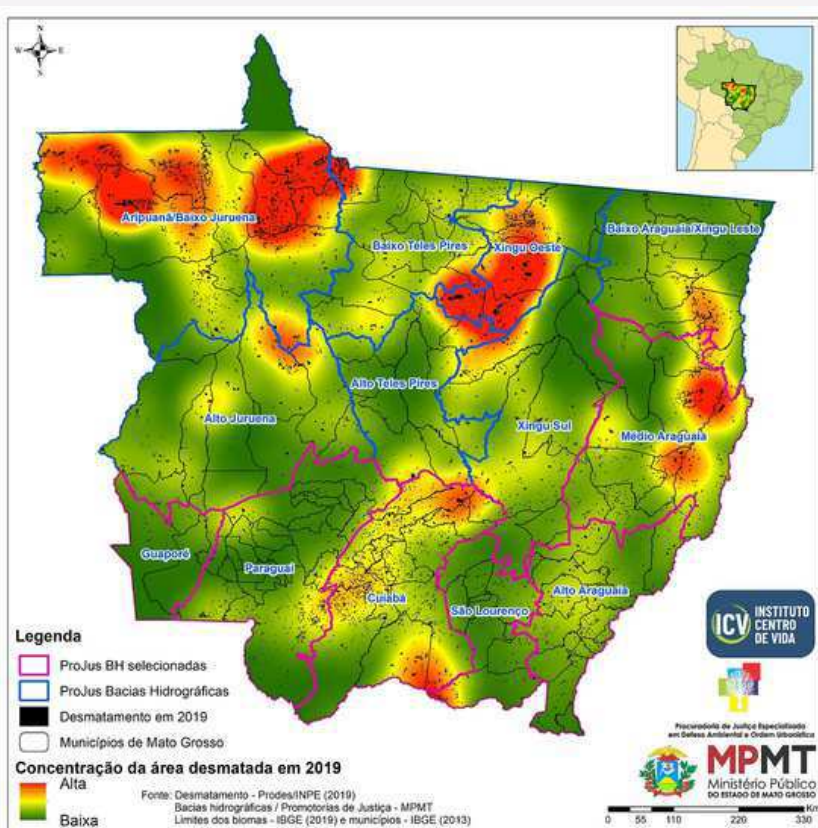
Capacitação uso da plataforma Global Forest Watch para coibir desmatamentos e incêndios florestais ilegais em Mato Grosso

Foi realizado no dia 05 de fevereiro (sexta-feira) o primeiro treinamento no uso da plataforma Global Forest Watch (GFW) para coibir desmatamentos e incêndios florestais ilegais em Mato Grosso.

A capacitação foi realizada de forma virtual pela plataforma Google Meet.

Coordenada pelo World Resources Institute (WRI), a Global Forest Watch é uma plataforma online gratuita de monitoramento e fornecimento de alertas de desmatamento e incêndios florestais que une tecnologia de satélite, dados abertos e crowdsourcing com o objetivo de melhorar a gestão das florestas no mundo todo.

Além das capacitações de técnicos e promotores na utilização da plataforma, a iniciativa também apoiará a implementação de rotinas de monitoramento e uso de dados pelos integrantes das promotorias e prevê a criação de um banco de dados espacial de áreas sujeitas a notificações e inquéritos e o monitoramento do impacto no controle do desmatamento ilegal e incêndios florestais, inclusive visando a estabelecer a correlação entre queimadas ilegais e desmatamentos não autorizados.



Além de promotores de justiça, participaram da capacitação assessores e parceiros ligados ao tema.

NOTÍCIAS

- Lei estadual mais protetiva ao meio ambiente não usurpa competência da União, defende PGR.
- ADI 6.583 busca manter titularidade municipal no saneamento.
- Urbanização de áreas precárias é fundamental nas gestões municipais.
- MMA celebra termo de compromisso para reciclagem de alumínio com novo centro de coleta.
- Rondonópolis/MT recebe mais R\$ 400 mil para investimento em saneamento básico.
- Municípios devem acelerar criação de taxas para o lixo.
- Destinação inadequada de lixo cresce 16% em uma década.
- Gestores precisam formular Planos Municipais de Saneamento Básico.
- Relatório aborda processos do Judiciário em questões ambientais na Amazônia Legal.
- Abate de animais em situações específicas é medida aceita pela Constituição, defende PGR.
- PGR questiona validade de leis do RS que instituíram novas regras de licenciamento ambiental.
- Amazônia, mudanças climáticas e controle de dados na internet foram temas de audiências públicas em 2020.
- Governo inicia obras de recuperação da Baía de Chacororé.
- Nova lei aumentou exigências para segurança de barragens.
- PGR questiona flexibilização de regras de licença ambiental para mineração em SC.



JURISPRUDÊNCIAS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Cobrança de tarifa em estacionamentos é questionada no STF.
- STF referenda suspensão de resolução do Conama sobre exploração de manguezais.
- Para STF, lei estadual sobre exposição de orgânicos em mercados é constitucional.
- Fux mantém determinação para remoção de lixo de aterro irregular em Lagoa Santa/GO.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- STJ suspende liminar que impedia regularização de área para moradias populares no DF
- Amazônia Protege: STJ acolhe recurso do MPF e determina prosseguimento de ação civil pública contra réu incerto.
- STJ trava recursos para decidir quem julga prescrição de danos por hidrelétrica.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- Demora para instalar poço em área com pouca água gera dever de indenizar.
- Tribunal mantém liminar que suspendeu instalação de linhas de transmissão de energia no Paraná.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

- Justiça de MT bloqueia quase R\$ 29 milhões em bens de infrator ambiental
- TJMT: Concessionária de água é impedida de realizar cobrança global de consumo em condomínio de Cuiabá
- TJMT: Produtor rural é condenado por manter abatedouro clandestino em Tapurah/MT
- TJMT: Construtora e revendedora são condenadas por entregar imóveis sem rede de água e esgoto.
- TJMT nega recurso e mantém bloqueio de R\$ 38 milhões por desmatamento.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Plano diretor não pode ser violado para beneficiar empreendimento imobiliário.
- TJSP: Justiça considera nulos alvarás de obras no Jardim Guedala.
- Estacionamento construído em área de preservação ambiental deve ser demolido.
- TJ-SP proíbe Cetesb de aumentar taxa de renovação de licença ambiental.
- Município não pode cobrar IPTU em área de relevante interesse ecológico.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

- MPMT requer intervenção do Município e bloqueio de bens de concessionária.
- Ação do MPMT requer limpeza e recuperação do Córrego Piscina em Rondonópolis/MT.
- MPMT já propôs cinco ações relativas ao sistema de abastecimento de água.
- Justiça determina que viveiro desobstrua nascente em VG.
- Liminar estabelece prazo para regularização de cemitérios.
- Projeto Água para o Futuro será implantado em Lucas do Rio Verde.
- MP requer majoração de indenização imposta à Aprosoja.
- Instituições debatem causas e ações para evitar queimadas no Pantanal.
- TJ nega recurso e mantém bloqueio de R\$ 38 milhões por desmatamento.
- Ministério Público apresenta à Sema proposta de TAC sobre Pantanal.
- Projeto apoiado pelo MPMT é finalista de prêmio nacional.
- MP participa da Operação Abuterum da Polícia Civil.
- MPMT intensificará atuação na área criminal para coibir desmatamentos.
- MPMT aciona Município para recuperação do Córrego do Barbado.

NOTÍCIAS DO CNMP E OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

- MPMA emite Recomendação sobre destinação de lubrificantes usados.
- MPSC: Imbituba faz acordo com MP e irá melhorar estrutura para coibir ocupação irregular do solo e construções clandestinas.
- MPPI apura cumprimento da legislação ambiental pelas empresas de esgotamento de fossas sanitárias em Corrente.
- MPMG: Construtora vai pagar R\$ 2 milhões por dano moral coletivo e por danos ambientais e urbanísticos causados na construção de empreendimento imobiliário em Viçosa.
- MPRS: Herbicida 2.4-D – assinados em Itaquí primeiros acordos de não persecução penal.
- MPRJ requer paralisação de obras em loteamentos de Paraty.
- MPF: PGR questiona no Supremo constitucionalidade de lei paulista que proíbe desafetação de áreas verdes e praças.
- Comissão do Meio Ambiente do CNMP expede nota técnica que subsidia atuação dos MP's quanto ao sensoramento remoto no combate aos desmatamentos.
- CNMP elabora nota técnica sobre limites territoriais da coisa julgada coletiva.
- Comissão do Meio Ambiente do CNMP lança a publicação “Cenários, Oportunidades e Desafios do Ministério Público Ambiental”.
- MPMS denuncia curtume por poluição e por impedir fiscalização de órgão ambiental.
- Área de Preservação Permanente deve ser computada no cálculo da Reserva Legal, diz MPF



ARTIGOS



- Reflexões sobre a tutela do patrimônio cultural da saúde no Brasil
- Cidades experimentam modelos de gestão de parques com participação da iniciativa privada.
- O poder da grelha viária.
- A intervenção do MP em ações cíveis envolvendo o patrimônio cultural.
- Decisões referendam uso de matriz de danos para indenizar desastre ambiental.
- MPF lança coletânea de artigos em comemoração aos 20 anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
- Caso Pinheiro: a maior tragédia que o Brasil já evitou.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

